



Editorial

No prefácio da edição anterior da Revista Estudos Libertários (Volume 3, Nº. 7), publicada em abril de 2021 por Wallace de Moraes e Andréa Nascimento, já havia sido contextualizado que tínhamos chegado a mais de 300 mil mortes no Brasil em função da pandemia de Covid-19. Agora, chegamos em junho de 2021, quando está sendo lançada a nova edição (Volume. 3, Nº. 8), e nos aproximamos do número estarrecedor de meio milhão de mortos. Seguimos em um período no

qual uma verdadeira Necrofilia Colonialista Outrocida segue em curso, principalmente devido à negligência daqueles que ocupam as esferas de poder, seja pelas suas ações, seja pelas suas omissões. Mesmo num contexto pandêmico, vivemos no Brasil uma realidade que reforça a existência de um Necro-Racista-Estado (DE MORAES, 2020).

Prestamos nossos sentimentos e solidariedade às famílias que perderam seus entes queridos. Enquanto muitas

famílias choram, os tentáculos do Estado seguem matando negros e pobres no Jacarezinho, nas periferias e comunidades carentes. Enquanto muitas famílias choram, os tentáculos do Estado seguem matando as populações indígenas indiscriminadamente. Enquanto muitas famílias choram, os tentáculos do Estado seguem destruindo nossas florestas. Não há pandemia que imponha uma quarentena ao Estado, que o afaste do seu papel histórico (KROPOTKIN, 2020).

Sob esse contexto, estamos publicando o oitavo número da Revista Estudos Libertários (REL). Acreditamos que nossa tarefa seja continuar contribuindo na produção de conhecimento, reflexões que não ficam na superficialidade e nem coadunam com aspectos limitadores ligados às instituições acadêmicas e do Estado de forma geral. Em mais um número da REL, visamos aprofundar questões e interpretações sociais e políticas influenciadas pelas teorias e práticas libertárias e decoloniais.

A publicação do n. 8 da REL ocorre exatamente em um dos dias mais importantes da História recente do Brasil. Em 20 de junho de 2013, o Rio de Janeiro protagonizou a maior

manifestação pública da História do Brasil. Foram mais de 1,5 milhão de pessoas nas ruas protestando contra o aumento da tarifa de transportes públicos, os gastos com estádios de futebol, as remoções de famílias de suas casas, a violência policial e o papel assassino do Estado. Por outro lado, clamávamos por direitos para negros, indígenas, mulheres, comunidade LGBT, por democratização dos meios de comunicação de massa, pelo fim da polícia, dentre diversas outras demandas. Os protestos demonstraram sobretudo a capacidade de luta popular. Foi um momento histórico único que jamais será esquecido por quem participou. Grupos de afinidade de manifestantes que mais tarde formariam os Black Blocs atuaram intensamente na defesa daqueles que estavam nas ruas em 2013 e resistiram bravamente aos ataques policiais. Ação direta e propaganda pelo fato deram a tônica das manifestações que cada vez mais conheciam o nome do anarquismo e percebiam sua diferença para partidos políticos reformistas. O dia 20 de junho está guardado em nossa memória como uma tentativa revolucionária popular que enfrentou como pôde as forças da repressão, enquanto partidos políticos de todas as cores estavam imbuídos pela defesa da ordem e de suas instituições.

Pelo exposto, temos orgulho em publicar o nosso número 8 nesse dia e poder resgatar um pouco da sua memória. Vamos à apresentação dos artigos da REL.

Iniciamos a edição da Revista com a nossa seção de tradução com o texto de Dana M. Williams chamado “Faccionalização radical dos Panteras Negras e o desenvolvimento do anarquismo negro”. Williams trata inicialmente do rompimento de integrantes do Partido dos Panteras Negras, sua aproximação com o anarquismo, que desemboca na construção do anarquismo negro. O autor também relata a relação da luta contra o encarceramento e a favor do abolicionismo penal, abordada por alguns militantes e autores contemporâneos que desenvolvem ou desenvolveram a teoria e a luta do anarquismo negro, seu envolvimento com o movimento anarquista e a questão do que chama de faccionalização radical. Williams também escreve sobre a relação do anarquismo negro que teve que impor a sua questão racial para os anarquistas brancos e finaliza discorrendo a respeito da influência do anarquismo negro na militância anarquista moderna (ou contemporânea).

Já na seção de artigos, abrimos a edição com o texto: “As condições de trabalho dos professores do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19” dos autores Ricardo Soares e Maurício Gonçalves Margalho. A publicação tem como objetivo avaliar o impacto do ensino remoto emergencial sobre as condições de trabalho dos professores do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro em 2020. O texto apresenta uma importante contribuição social, pois faz uma espécie de denúncia das condições de trabalho dos professores e todos os desafios que a categoria vem enfrentando. Como ferramenta metodológica, os autores valem-se de um levantamento bibliográfico tradicional, além de decretos, leis, portarias, resoluções e demais fontes documentais relevantes emitidas tanto pelo governo federal, quanto pelo governo estadual para desenvolver suas teses e demonstrar as péssimas condições em que os profissionais da educação estão inseridos.

O segundo artigo que apresentamos, intitulado de “Crise democrática e as proposições do municipalismo libertário de Murray Bookchin e do radicalismo democrático de Chantal Mouffe”, de autoria de Isaías

Albertin de Moraes, nos traz um debate sobre democracia e formas de organização política de forma comparada. Moraes, ao utilizar o anarquista Murray Bookchin e a socialista Chantal Mouffe, revela dados que demonstram que ambas as visões referenciadas no texto tentam romper com a lógica da democracia representativa existente, porém o autor demonstra que, enquanto Bookchin apresenta uma perspectiva revolucionária, Mouffe desenvolve sua teoria dentro do campo reformista.

O terceiro artigo, do autor Kauan Willian W. dos Santos, “Verde e Preto: ideias e experiências anarquistas e socialistas libertárias diante das questões ecológicas ambientais e agrárias” desenvolve uma perspectiva da ecologia a partir de um ponto de vista revolucionário, resgatando autores clássicos do anarquismo, como Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, e contemporâneos como Murray Bookchin. O texto discorre não só do tema da ecologia social ao longo da história, mas demonstra também sua atualidade em movimentos contemporâneos cujo viés libertário é marcante.

Em “Pedagogia da decolonialidade: um debate acerca do epistemicídio acadêmico e filosófico e uma educação antirracista como antídoto”, a autora Pamela Cristina de Gois desenvolve a questão da decolonialidade, buscando desconstruir postulados da epistemologia ocidental e propondo uma nova pedagogia que possa colocar em prática os saberes decoloniais no sentido de romper com o racismo, sexismo e elitismo estrutural em nossa sociedade, desde o ensino básico.

No quinto artigo: “Uma perspectiva anarquista sobre o suicídio, a produção da morte e a preservação da vida”, os autores Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil procuram demonstrar o papel de diferentes Estados Modernos europeus frente ao tema do suicídio, principalmente dos séculos XV ao XX, perpassando pela ideia de cerceamento da liberdade realizado pela Igreja (através da noção de pecado), pelo Estado (mediante sua criminalização no passado) e pelas instituições médicas (pela discriminação patológica por intermédio da loucura). Mediante um quadro teórico libertário e decolonial, os autores buscaram demonstrar a existência de uma contradição social entre a exploração da vida, que a leva ao limite, e a sua preservação por meio da

penalização do suicídio, que, por sua vez, omite seu caráter fortemente marcado pela manutenção da produtividade.

O sexto artigo "Tópicos sobre a modernidade capitalista entre a teoria crítica, perspectiva decolonial e sertão" apresenta um conjunto de escritos aparentemente independentes entre si, cada um girando em torno de um ou mais autores, de forma a tentar encontrar um elo entre o pensamento decolonial e o anarquismo. O autor propõe um texto (ou uns textos) marcado(s) por um caráter regional fortemente identificado, reservando um protagonismo ao nordeste brasileiro e seu cotidiano, em especial à Guerra de Canudos (1896-1897) como um viés de resistência às investidas do Estado brasileiro. Em outro escrito, a crítica ao papel do Estado se dá através de um diálogo entre a Biopolítica (Foucault, 1977), Necropolítica (Mbembe, 2018) e Necrofilia Colonialista Outrocida (De Moraes, 2020). Também podemos observar um grande diálogo entre a história, a ciência política, a literatura, o conto e a poesia, partindo de pressupostos de análises e de locais de fala distintos, que de alguma forma

conversam pelo pensamento decolonial, e em alguns dos textos, através do pensamento libertário.

Como artigo final, de autoria de Danubia Faria Almeida, cujo título é "Pedagogia como crítica ao colonialismo", a questão da decolonialidade é colocada no centro do debate, no sentido de desconstruir postulados da epistemologia ocidental e propondo uma nova pedagogia que possa colocar em prática os saberes decoloniais, de modo a romper com o racismo, sexismo e elitismo estrutural em nossa sociedade, desde o ensino básico.

Mediante os textos mencionados, objetivamos fomentar uma resistência ao sistema racista, patriarcal, autoritário e capitalista em que estamos inseridos. Esperamos que com essa edição possamos avançar na luta decolonial e libertária. Sem mais delongas, vamos aos textos! Tenham uma excelente leitura!

Saudações Decoloniais, Libertárias e
Antirracistas!

Guilherme Santana, Juan Magalhães e
Wallace de Moraes